

Em termos comparáveis, o primeiro trimestre de 2018 apresentou um saldo orçamental das administrações públicas inferior ao observado no período homólogo. Contudo, decorridos apenas três meses, a execução orçamental não permite estabelecer extrapolações para o conjunto do ano. Por subsectores, o principal contributo resultou da deterioração homóloga do saldo dos serviços e fundos autónomos. Em sentido contrário, verificou-se uma redução do défice do subsector Estado. Por componentes, destacam-se as taxas de crescimento do 1.º trimestre acima das previstas no OE/2018 para a receita fiscal, juros e outros encargos, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Em contrapartida, as outras receitas correntes e as receitas de capital apresentaram taxas de variação inferiores às previstas no OE/2018, bem como as despesas de capital que evidenciaram um baixo grau de execução.

### Síntese da execução orçamental

1 A presente análise tem como fonte principal a Síntese de Execução Orçamental publicada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) no dia 26 de abril, relativa às contas das administrações públicas até março de 2018, na ótica da contabilidade pública. Enquanto referenciais anuais para efeitos de comparação com a execução orçamental são utilizados a execução provisória de 2017, que será posteriormente substituída pela Conta Geral do Estado, e o Orçamento do Estado para 2018 (OE/2018).

**Tabela 1 – Saldo global por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-mar 2017	Jan-mar 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-1 684	-1 270	414	-4 822	-5 532	-710
2. Serviços e Fundos Autónomos <i>do qual: EPR</i>	302	-198	-500	-114	187	301
	-258	-898	-640	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	<b>-1 382</b>	<b>-1 468</b>	<b>-86</b>	<b>-4 936</b>	<b>-5 345</b>	<b>-409</b>
4. Segurança Social	878	979	101	2 078	929	-1 149
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	<b>-504</b>	<b>-489</b>	<b>15</b>	<b>-2 858</b>	<b>-4 416</b>	<b>-1 559</b>
6. Administração Regional e Local	113	111	-1	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	<b>-391</b>	<b>-377</b>	<b>14</b>	<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>	<b>-963</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores relativos a 2017 referem-se à execução provisória, a qual será objeto de atualização após a publicação da CGE/2017. O referencial anual para 2018 corresponde ao OE/2018.

2 O objetivo do saldo orçamental para 2018 tem diferentes sentidos para a variação homóloga consoante a ótica contabilística: uma deterioração em contabilidade pública, mas uma melhoria em contabilidade nacional. Em termos não ajustados, as administrações públicas evidenciaram um défice orçamental em contabilidade pública no 1.º trimestre de 2018 que se encontra próximo do observado no período homólogo. De acordo com os dados divulgados pela DGO, i.e. sem qualquer ajustamento, as administrações públicas apresentaram um défice orçamental de 377 M€ no 1.º trimestre de 2018, o que corresponde a uma descida de 14 M€ em comparação com o registado no mesmo trimestre de 2017 (Tabela 1 e Tabela 18). De salientar que o objetivo anual para 2018 tem implícita uma deterioração homóloga do saldo orçamental em contabilidade pública no montante de 963 M€, tendo por comparação a execução provisória de 2017.

**Tabela 2 - Saldo global ajustado, por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-mar 2017	Jan-mar 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-1 606	-1 336	269	-4 819	-5 615	-795
2. Serviços e Fundos Autónomos <i>do qual: EPR</i>	518	-112	-630	-114	187	301
	-119	-812	-694	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	<b>-1 088</b>	<b>-1 448</b>	<b>-360</b>	<b>-4 933</b>	<b>-5 428</b>	<b>-494</b>
4. Segurança Social	882	894	11	1 652	903	-749
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	<b>-206</b>	<b>-555</b>	<b>-349</b>	<b>-3 281</b>	<b>-4 524</b>	<b>-1 243</b>
6. Administração Regional e Local	145	111	-34	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	<b>-60</b>	<b>-443</b>	<b>-383</b>	<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>	<b>-647</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.

3 Em termos ajustados, o objetivo para o saldo orçamental em 2018 tem implícita uma deterioração face ao ano anterior. A presente análise encontra-se elaborada em termos ajustados dos fatores mais relevantes que limitam a comparabilidade homóloga no biénio 2017-2018, identificados na Caixa 1 em anexo.<sup>1</sup> Após ajustamentos e na ótica da contabilidade pública, as administrações públicas têm subjacente uma variação homóloga negativa do saldo orçamental (Tabela 2).

4 O conjunto das administrações públicas registou um défice orçamental no 1.º trimestre de 2018. Tendo por referência os três primeiros meses do ano (Tabela 2 e Tabela 3), verificou-se uma variação homóloga negativa do saldo das administrações públicas, a qual é explicada por um aumento da despesa efetiva (984 M€) superior ao verificado na receita efetiva (601 M€). Por subsectores, evidencia-se a deterioração homóloga do subsector dos serviços e fundos autónomos (-630 M€) devido ao contributo das entidades públicas reclassificadas (-694 M€), bem como da administração local (-61 M€). Em sentido contrário, verificou-se um aumento homólogo do saldo nos subsectores Estado (+269 M€), administração regional (+95 M€) e segurança social (+11 M€).

<sup>1</sup> Os ajustamentos têm por base a relevância do montante, a possibilidade de quantificação e referem-se ao biénio 2017-2018.

**Tabela 3 – Conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-mar		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita efetiva	17 799	18 400	601	3,4	80 580	86 122	5 542	6,9	22,1	21,4
Corrente	17 345	18 047	702	4,0	78 577	82 642	4 065	5,2	22,1	21,8
Capital	454	353	-101	-22,3	2 003	3 480	1 477	73,7	22,7	10,1
Despesa efetiva	17 859	18 843	984	5,5	83 577	89 767	6 190	7,4	21,4	21,0
Corrente primária	14 925	15 614	689	4,6	70 024	74 501	4 477	6,4	21,3	21,0
Juros	1 933	2 285	352	18,2	8 299	8 426	127	1,5	23,3	27,1
Capital	1 001	944	-57	-5,7	5 254	6 840	1 586	30,2	19,1	13,8
Saldo global	-60	-443	-383		-2 997	-3 644	-647			

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. O referencial anual para 2017 tem por base a execução provisória.

**5 No primeiro trimestre do ano a receita aumentou face ao período homólogo, ainda que a um ritmo inferior ao objetivo do OE/2018.** No primeiro trimestre de 2018 a receita efetiva registou um crescimento de 3,4%, com contributos de 3,9 p.p. da receita corrente e -0,6 p.p. da receita de capital (Tabela 3), com um desvio desfavorável de 3,5 p.p. face ao objetivo de 6,9% implícito no OE/2018. Ao nível dos contributos individuais para o desvio, os impostos indiretos e as contribuições sociais superaram a cobrança prevista em 1,6 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente, mas as receitas de capital e outras receitas correntes quedaram-se aquém do objetivo, com contributos de -2,4 p.p. e -3,0 p.p., respetivamente (Gráfico 2). Esta evolução reflete a execução dos agregados da receita, observando-se um crescimento da receita corrente de 4,0%, que compara com uma previsão anual de 5,2% e uma quebra de 22,3% da receita de capital, que contrasta com a subida prevista de 73,7%.

**6 A receita fiscal cresceu 5,7%, superando o crescimento implícito ao objetivo do OE/2018, destacando-se o comportamento dos impostos indiretos, nomeadamente o IVA.** A receita fiscal cobrada no primeiro trimestre do ano cresceu 5,7%, o que representou um acréscimo de 567 M€ face ao período homólogo, excedendo em 3,0 p.p. a taxa de crescimento de 2,7% subjacente ao OE/2018 (Tabela 4). Este resultado foi determinado pela evolução dos impostos indiretos, com um contributo de 5,0 p.p. e em menor escala dos impostos diretos, com 0,7 p.p., refletindo taxas de variação homóloga de 8,2% e 1,8%, respetivamente. Ao nível da cobrança, destaca-se, a evolução positiva do IVA, do IRS, do imposto sobre o consumo de tabaco e dos outros impostos indiretos, com contributos de 3,1 p.p., 0,8 p.p., 0,6 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente. Numa análise por subsectores, salienta-se o peso do subsector Estado, na variação total da receita arrecadada, com um contributo de 5,4 p.p. (Tabela 5). Em termos de variações homólogas, verificou-se um crescimento em todos os subsectores, embora a Administração Regional e Local tenha crescido a um ritmo inferior ao objetivo anual do OE/2018. Por questões de comparabilidade face ao período homólogo foram efetuados ajustamentos à receita fiscal, nomeadamente o PERES, a receita de reavaliação de ativos, a receita do IRC e a uniformização contabilística da receita relativa à taxa de incidência sobre os seguros do INEM (Caixa 1).<sup>2,3</sup>

<sup>2</sup> A receita de IRC foi ajustada devido a um desfasamento temporal motivado por uma operação financeira de uma empresa, a qual gerou uma receita de 235 M€ em 2017.

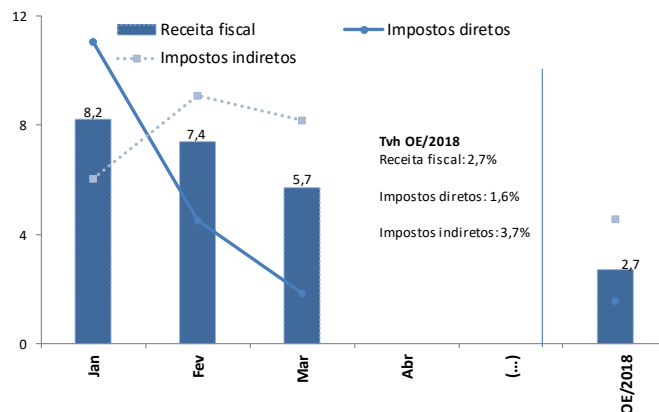
<sup>3</sup> Durante a execução do ano de 2018 a receita do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica - encontra-se registada em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 esta receita foi registada em impostos indiretos.

**Tabela 4 – Receita fiscal e contributiva das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-mar		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita Fiscal	9 941	10 508	567	5,7	47 232	48 516	1 284	2,7	21,0	21,7
Impostos diretos	3 874	3 945	71	1,8	21 410	21 745	334	1,6	18,1	18,1
Impostos indiretos	6 067	6 563	497	8,2	25 821	26 772	950	3,7	23,5	24,5
Contribuições Sociais	4 642	4 890	248	5,3	19 760	20 469	709	3,6	23,5	23,9
dos quais: Segurança Social	3 758	4 005	247	6,6	15 713	16 510	797	5,1	23,9	24,3
dos quais: CGA	865	866	2	0,2	3 970	3 882	-88	-2,2	21,8	22,3
Receita Fiscal e Contributiva	14 583	15 399	816	5,6	66 992	68 985	1 993	3,0	21,8	22,3

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**Gráfico 1 – Receita fiscal das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

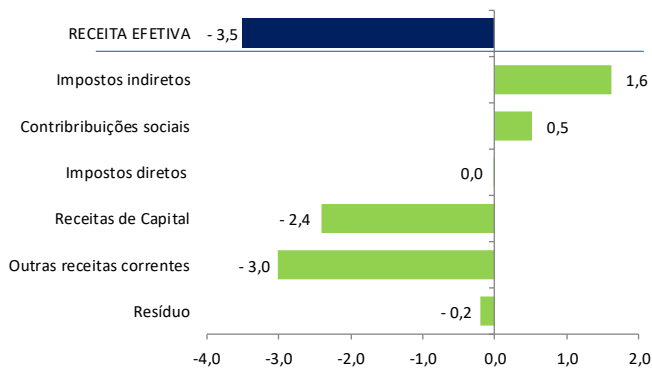
**Tabela 5 – Receita fiscal das administrações públicas por subsector**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Subsector Estado, dos quais:	8 979	9 516	537	6,0	41 838	42 901	1 063	2,5	21,5	22,2
Impostos diretos	3 387	3 475	88	2,6	17 989	18 098	109	0,6	18,8	19,2
IRS	3 145	3 222	76	2,4	12 231	12 106	-126	-1,0	25,7	26,6
IRC	238	249	11	4,8	5 406	5 522	115	2,1	4,4	4,5
Outros	4	4	0	-1,0	351	471	120	34,0	1,0	0,8
Impostos indiretos	5 592	6 041	449	8,0	23 849	24 802	954	4,0	23,4	24,4
ISP	784	803	19	2,4	3 364	3 554	190	5,6	23,3	22,6
IVA	3 867	4 177	311	8,0	15 977	16 501	525	3,3	24,2	25,3
ISV	182	183	1	0,7	757	823	66	8,7	24,0	22,2
Imposto de consumo sobre o tabaco	220	276	56	25,3	1 445	1 443	-2	-0,1	15,2	19,1
IABA	50	59	9	17,0	279	293	14	5,0	18,0	20,1
Imposto do selo	365	386	21	5,7	1 469	1 512	43	2,9	24,9	25,5
Imposto Único de Circulação (IUC)	87	93	6	7,5	334	395	61	18,4	25,9	23,5
Outros	38	65	27	72,4	224	281	57	25,5	16,8	23,0
Serviços e fundos autónomos, outros impostos indiretos	167	185	18	10,6	583	576	-7	-1,3	28,7	32,2
Segurança Social, impostos indiretos	58	65	7	11,2	240	222	-19	-7,8	24,3	29,3
Administração Regional e Local	736	742	6	0,8	4 570	4 818	248	5,4	16,1	15,4
Impostos diretos	487	470	-17	-3,5	3 421	3 646	225	6,6	14,2	12,9
Impostos indiretos	249	272	23	9,2	1 149	1 172	23	2,0	21,7	23,2
Total	9 941	10 508	567	5,7	47 232	48 516	1 284	2,7	21,0	21,7
Por memória (antes ajustamentos):										
IRS	3 145	3 222			12 231	12 143				
IRC	238	249			5 749	5 645				
IVA	3 867	4 177			15 977	16 548				
Serviços e fundos autónomos	194	185			690	687				
Total (antes de ajustamentos)	9 968	10 508	541	5,4	47 681	48 834	1 154	2,4	20,9	21,5

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

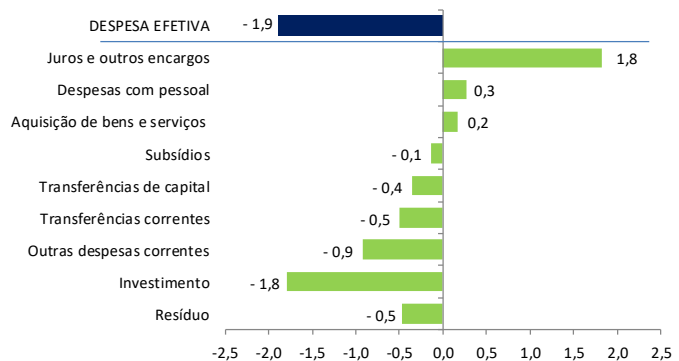
**7 Até ao final de março, a receita com contribuições sociais cresceu 5,3%, refletindo sobretudo o aumento das contribuições para a segurança social.** O crescimento das contribuições para sistemas de proteção social situou-se em 5,3%, excedendo em 1,8 p.p. o crescimento de 3,6% implícito ao OE/2018. Sublinhe-se que na receita da CGA foi ajustado o efeito base referente à alteração no regime de pagamento do subsídio de Natal (Caixa 1).

**Gráfico 2 – Principais contributos para o desvio da receita**  
(face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: A soma dos contributos das componentes de receita diverge do desvio da taxa de variação da receita efetiva devido à existência de diferenças de consolidação, gerando um resíduo. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 17 e na Tabela 18.

**Gráfico 3 – Principais contributos para o desvio da despesa**  
(em termos acumulados face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: No OE/2018, o agrupamento "outras despesas correntes" inclui a reserva orçamental. A componente "resíduo" reflete a dotação provisional e as diferenças de consolidação. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 17 e na Tabela 18.

## 8 No 1.º trimestre de 2018, o grau de execução da despesa efetiva ficou abaixo do verificado no trimestre homólogo.

Tendo por referência o OE/2018 inicial, o grau de execução da despesa efetiva até ao final do 1.º trimestre de 2018 foi de 21%, sendo inferior em 0,4 p.p. face ao observado no mesmo período do ano anterior (Tabela 3 e Tabela 17). Quanto à desagregação por componentes, a despesa corrente apresentou um grau de execução (21,6%) ligeiramente superior ao observado no período homólogo (21,5%), enquanto a despesa de capital evidenciou um grau de execução (13,8%) abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior (19,1%). No entanto, importa salientar que se verificou um desvio em 2017 entre a estimativa de execução apresentada em outubro no âmbito da Proposta de Lei do OE/2018 e a execução provisória, o que pode ter efeitos no ano 2018, visto que a previsão subjacente ao OE/2018 se efetuou tendo por base um ponto de partida que não se concretizou, podendo ter implicações nas variações homólogas implícitas a cada componente de despesa. De destacar que a dotação orçamental para a despesa corrente inclui a dotação provisional no Ministério das Finanças, bem como a reserva orçamental dos organismos da administração central.<sup>4</sup> Além disso, encontram-se orçamentadas dotações centralizadas no orçamento do Ministério das Finanças para objetivos específicos noutros ministérios: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (187 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (480 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).<sup>5, 6</sup>

<sup>4</sup> A Lei do OE/2018 para a administração central inclui na rubrica "outras despesas correntes" a dotação provisional (495 M€), bem como a reserva orçamental (451,2 M€). Até março de 2018, a reafetação da dotação provisional situou-se em 11,1 M€ e a reafetação da reserva orçamental foi residual.

<sup>5</sup> Até março de 2018, do conjunto das dotações orçamentais centralizadas foram reafetados 103 M€ relativos a incêndios florestais.

<sup>6</sup> De referir que do conjunto das dotações orçamentais centralizadas encontra-se orçamentada despesa com ativos financeiros, nomeadamente para incêndios florestais (62 M€) e regularização de passivos e aplicação de ativos (180 M€).

**Tabela 6 – Despesa corrente primária e principais rubricas**  
(variações homólogas, em milhões de euros e percentagem)

	Jan-mar				Ref. Anuais				Grau execução	
	2017	2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018
<b>Despesa Corrente Primária</b>	<b>14 925</b>	<b>15 614</b>	<b>689</b>	<b>4,6</b>	<b>70 024</b>	<b>74 501</b>	<b>4 477</b>	<b>6,4</b>	<b>21,3</b>	<b>21,0</b>
Despesas com pessoal	4 309	4 363	54	1,3	20 144	20 176	32	0,2	21,4	21,6
Aquisição de bens e serviços	2 395	2 682	287	12,0	11 779	12 976	1 197	10,2	20,3	20,7
Transferências correntes	7 783	8 082	299	3,8	35 596	37 407	1 811	5,1	21,9	21,6
Seg. Social (Pensões + Prestações)	4 758	4 951	193	4,0	21 596	22 974	1 378	6,4	22,0	21,6
Caixa Geral de Aposentações	2 059	2 098	39	1,9	9 529	9 738	209	2,2	21,6	21,5
Subsídios	173	235	62	35,7	947	1 347	400	42,2	18,3	17,4
Outras despesas correntes	222	234	13	5,7	965	1 792	827	85,8	23,0	13,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. Os dados são consolidados, pelo que a rubrica "Transferências correntes" não incorpora as operações ocorridas entre entidades das administrações públicas.

## 9 As despesas com pessoal no 1.º trimestre de 2018 apresentaram um grau de execução superior ao observado no mesmo período do ano anterior.<sup>7</sup>

No Ministério das Finanças encontra-se orçamentada a dotação centralizada para o reforço orçamental no âmbito do descongelamento de carreiras na administração central (130 M€), a qual não apresentou execução no 1.º trimestre. No OE/2018 o valor orçamentado para despesas com pessoal das administrações públicas é de 20 176 M€, o que reflete um crescimento homólogo de 0,2% face à execução provisória de 2017 (Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 17). De salientar que em 2017 verificou-se um desvio (154 M€) entre a estimativa e a execução provisória, o que poderá ter efeitos na variação homóloga a observar em 2018. Em termos homólogos, o crescimento das despesas com pessoal no 1.º trimestre de 2018 foi de 1,3%. O programa orçamental P011-Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar registou no 1.º trimestre de 2018 o grau de execução mais elevado (23,7%). No entanto, importa salientar que de acordo com a DGO verificaram-se dificuldades no tratamento informático nos meses janeiro-fevereiro de 2018 com impacto nos valores reportados, os quais seriam gradualmente estabilizados nos meses seguintes.

<sup>7</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados do diferente perfil de pagamentos no âmbito dos duodécimos do subsídio de férias no biénio 2017-2018 (Caixa 1 em anexo).

**Tabela 7 – Despesas com pessoal das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	<b>3 469</b>	<b>3 501</b>	<b>32</b>	<b>0,9</b>	<b>16 237</b>	<b>16 300</b>	<b>63</b>	<b>0,4</b>	<b>21,4</b>	<b>21,5</b>
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	1 016	1 044	28	2,8	4 685	4 408	-278	-5,9	21,7	23,7
Saúde	860	867	7	0,8	3 966	3 951	-14	-0,4	21,7	22,0
Segurança Interna	355	348	-7	-1,9	1 599	1 594	-5	-0,3	22,2	21,8
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	273	271	-2	-0,7	1 345	1 426	81	6,0	20,3	19,0
Defesa Nacional	265	256	-10	-3,6	1 275	1 267	-8	-0,6	20,8	20,2
Órgãos de Soberania e Justiça	255	261	6	2,4	1 202	1 182	-19	-1,6	21,2	22,1
Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	73	73	0	0,5	340	380	40	11,7	21,4	19,2
Finanças	112	110	-2	-1,9	596	621	25	4,3	18,8	17,7
Descongelamento de carreiras	-	0	-	-	-	130	-	-	-	0,0
Segurança Social	56	57	1	1,7	262	284	22	8,5	21,6	20,2
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>783</b>	<b>805</b>	<b>22</b>	<b>2,8</b>	<b>3 645</b>	<b>3 592</b>	<b>-53</b>	<b>-1,5</b>	<b>21,5</b>	<b>22,4</b>
<b>Total</b>	<b>4 209</b>	<b>4 363</b>	<b>54</b>	<b>1,3</b>	<b>20 144</b>	<b>20 176</b>	<b>32</b>	<b>0,2</b>	<b>21,4</b>	<b>21,6</b>
Por memória:										
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	<b>4 489</b>	<b>4 363</b>	<b>-125</b>	<b>-2,8</b>	<b>20 144</b>	<b>20 176</b>	<b>32</b>	<b>0,2</b>	<b>22,3</b>	<b>21,6</b>

Fontes: DGO, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (130 M€) para descongelamento de carreiras que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**10 Até março de 2018, o grau de execução da despesa com aquisição de bens e serviços ficou acima do registado no período homólogo.** O grau de execução da aquisição de bens e serviços situou-se em 20,7% no 1.º trimestre de 2018, sendo 0,4 p.p. acima do verificado no mesmo período do ano anterior (Tabela 6, Tabela 8 e Tabela 17). De referir que devido ao contributo do mês de março de 2018 a despesa com aquisição de bens e serviços passou a registar uma variação positiva de 12% (até fevereiro de 2018 verificou-se uma descida de 7,2%). Importa ainda destacar que para este resultado contribuíram os pagamentos do programa orçamental P013-Saúde em março de 2018 no montante de 738 M€ (13,3% do OE/2018) para o pagamento de dívidas vencidas no SNS. Excluindo o programa orçamental P013-Saúde, o grau de execução da administração central foi de 12,3%, refletindo uma taxa de crescimento de 4,4% no 1.º trimestre de 2018, o que compara com o crescimento de 35,1% previsto no OE/2018. De acordo com os dados da DGO, o passivo não financeiro das administrações públicas em aquisição de bens e serviços situou-se em 896 M€ no final do 1.º trimestre de 2018, o que reflete um aumento de 211 M€ em relação ao final de dezembro de 2017. Relativamente aos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE, o valor total no final do 1.º trimestre de 2018 foi de 705 M€, refletindo uma redução de 132 M€ face ao montante verificado no final de 2017.

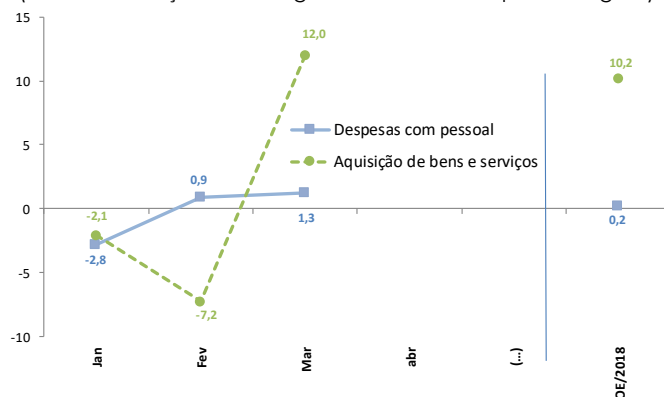
**Tabela 8 – Aquisição de bens e serviços das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	<b>1 759</b>	<b>2 074</b>	<b>315</b>	<b>17,9</b>	<b>8 571</b>	<b>9 416</b>	<b>845</b>	<b>9,9</b>	<b>20,5</b>	<b>22,0</b>
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	12	20	7	59,2	104	134	30	29,2	11,8	14,5
Saúde	1 303	1 598	295	22,6	5 706	5 545	-161	-2,8	22,8	28,8
Finanças	41	34	-7	-16,2	237	265	28	12,0	17,1	12,8
Dotação centralizada: regularização de passivos não financeiros	-	0	-	-	-	300	-	-	-	0,0
Dotação centralizada: Saúde	-	0	-	-	-	85	-	-	-	0,0
Segurança Interna	35	34	-1	-2,4	224	280	56	24,8	15,4	12,1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	41	41	0	-1,0	292	311	19	6,6	14,1	13,1
Defesa Nacional	45	53	8	17,9	446	465	19	4,2	10,0	11,3
Economia	13	17	4	30,2	104	140	36	34,3	12,7	12,3
Ambiente	27	27	0	1,5	143	192	49	34,6	18,9	14,2
Planeamento e Infraestruturas	75	78	3	3,9	461	621	160	34,6	16,3	12,6
Segurança Social	8	9	0	3,3	52	112	60	115,8	16,1	7,7
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>627</b>	<b>599</b>	<b>-28</b>	<b>-4,5</b>	<b>3 156</b>	<b>3 449</b>	<b>292</b>	<b>9,3</b>	<b>19,9</b>	<b>17,4</b>
<b>Total</b>	<b>2 395</b>	<b>2 682</b>	<b>287</b>	<b>12,0</b>	<b>11 779</b>	<b>12 976</b>	<b>1 197</b>	<b>10,2</b>	<b>20,3</b>	<b>20,7</b>
<b>Sub total, sem programa Saúde</b>	<b>1 092</b>	<b>1 085</b>	<b>-8</b>	<b>-0,7</b>	<b>6 073</b>	<b>7 432</b>	<b>1 358</b>	<b>22,4</b>	<b>18,0</b>	<b>14,6</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu dotações centralizadas no orçamento do Ministério das Finanças (384,9 M€) que visam a execução noutros ministérios, nomeadamente com a finalidade de assegurar a sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€) e a regularização de passivos não financeiros da administração central (300 M€).

**11 Até ao final do 1.º trimestre de 2018, o grau de execução dos juros pagos pelas entidades públicas reclassificadas (EPR) foi superior ao observado no período homólogo, fundamentalmente devido ao pagamento no âmbito de juros swap do Metropolitano de Lisboa.** A despesa com juros pagos pelas EPR situou-se em 440,3 M€ no 1.º trimestre de 2018, o que reflete um grau de execução de 50,1% do montante orçamentado no OE/2018 para juros a pagar pelas EPR a entidades exteriores às administrações públicas.<sup>8</sup> De salientar que o valor pago pelo Metropolitano de Lisboa situou-se em 327,7 M€, o que corresponde a um grau de execução de 99,4% do valor previsto no OE/2018 para esta EPR. De acordo com a DGO, o elevado montante de pagamentos do Metropolitano de Lisboa encontra-se explicado pela regularização de pagamentos de contratos swap no montante de 297,6 M€. Adicionalmente, o Metro do Porto registou no 1.º trimestre de 2018 uma despesa de 54,7 M€ também relacionada com o acordo efetuado no âmbito dos contratos swap.<sup>9</sup>

**Gráfico 4 – Principais despesas das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**12 A despesa com subsídios no 1.º trimestre de 2018 apresentou um grau de execução inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior.**<sup>10</sup> O grau de execução dos subsídios foi de 17,4% do OE/2018 até março de 2018, ficando 0,9 p.p. aquém do observado no período homólogo (Tabela 6, Tabela 9 e Tabela 17). De salientar que o desvio ocorrido (401 M€) em 2017 entre a estimativa e a execução provisória terá efeitos na taxa de crescimento prevista para 2018. Por subsector, os valores orçamentados em subsídios encontram-se concentrados na segurança social, bem como nos serviços e fundos autónomos, nomeadamente no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

<sup>8</sup> A presente análise exclui os juros pagos a entidades da administração central visto que existe consolidação dentro do perímetro da administração central.

<sup>9</sup> De salientar que o Metro do Porto registou em 2017 despesas de 187,5 M€ relativas ao acordo após processos judiciais sobre juros swap, essencialmente concentradas em maio de 2017.

<sup>10</sup> Importa referir que na classificação económica a componente "subsídios" não incluiu subsídios de desemprego, os quais estão registados como transferências correntes para as famílias.

**Tabela 9 – Subsídios das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017 OE/2018	
									2017	OE/2018
<b>Administração Central</b> , dos quais:	88	102	14	15,8	531	529	-2	-0,4	16,6	19,3
Subsídios e indemnizações compensatórias	2	7	4	-	51	67	16	32,3	4,3	9,9
Bonificação de juros	3	5	2	57,6	36	45	9	25,9	7,9	10,0
IEFP	66	61	-5	-7,6	318	324	6	1,9	20,8	18,9
IFAP	2	4	2	-	37	29	-8	-21,1	4,9	13,5
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	6	7	0	6,9	28	29	2	6,5	22,5	22,6
Segurança Social	72	115	43	59,5	281	694	413	147,2	25,6	16,6
<b>Administração Regional e Local</b>	13	18	5	37,8	135	124	-11	-8,1	9,6	14,4
<b>Total</b>	173	235	62	35,7	947	1 947	400	42,2	18,3	17,4

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**13 Até março de 2018, o grau de execução das transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas foi inferior ao verificado no período homólogo.** O grau de execução das transferências correntes situou-se em 21,6%, sendo 0,3 p.p. abaixo do observado no mesmo trimestre do ano anterior (Tabela 6, Tabela 10 e Tabela 17). Importa referir que o aumento previsto no OE/2018 é explicado essencialmente pelo subsector da segurança social, destacando-se o crescimento anual previsto para as prestações sociais (6,4%), sendo que no 1.º trimestre de 2018 a taxa de crescimento ficou abaixo da prevista para o conjunto do ano. De destacar que a Lei do OE/2018 determina o fim do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas da segurança social e da CGA, os quais se encontram ajustados nesta informação técnica.

**Tabela 10 – Transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017 OE/2018	
									2017	OE/2018
<b>Administração Central</b> , dos quais:	2 803	2 901	98	3,5	13 011	13 549	538	4,1	21,5	21,4
CGA - pensões e outros abonos	2 059	2 098	39	1,9	9 532	9 739	206	2,2	21,6	21,5
Contribuição financeira União Europeia	376	428	52	13,9	1 503	1 711	208	13,9	25,0	25,0
Recursos próprios tradicionais	43	50	7	16,1	184	178	-6	-3,4	23,4	28,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	74	67	-7	-9,7	304	330	25	8,4	24,4	20,3
IFAP	41	73	32	78,0	390	260	-130	-33,3	10,5	28,0
Fundação para a Ciência e Tecnologia	23	27	4	16,5	99	109	10	9,9	23,7	25,2
Fundo de Ação Social (ensino superior)	58	61	2	4,3	138	143	5	3,6	42,0	42,3
Contribuições e quotas para organizações internacionais	2	1	-1	-35,7	77	70	-7	-8,9	2,1	1,5
Transferência para a Grécia	0	0	0	-	0	144	144	-	-	0,0
Fundo de Accidentes de Trabalho	10	10	0	-4,1	39	51	12	30,0	26,5	19,5
IEFP	12	11	0	-0,8	58	69	11	18,2	19,8	16,6
Instituto de Turismo de Portugal	1	13	12	-	37	52	15	40,3	2,5	24,4
Fundo Ambiental	3	17	15	-	82	111	29	35,3	3,0	15,7
Autoridade Nacional de Proteção Civil	11	18	6	54,7	91	62	-29	-31,8	12,6	28,6
<b>Segurança Social</b>	4 850	5 044	194	4,0	21 973	23 281	1 309	6,0	22,1	21,7
<b>Administração Regional e Local</b>	130	137	7	5,3	612	577	-35	-5,7	21,3	23,8
<b>Total</b>	7 783	8 082	299	3,8	35 596	37 407	1 811	5,1	21,9	21,6
<i>Por memória (antes de ajustamentos):</i>										
CGA - pensões e outros abonos	2 144	2 098	-46	-2,1	9 532	9 739	206	2,2	22,5	21,5
Contribuição financeira União Europeia	420	527	107	25,5	1 503	1 711	208	13,9	28,0	30,8
Segurança Social	4 993	5 044	51	1,0	21 973	23 281	1 309	6,0	22,7	21,7
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	8 055	8 279	224	2,8	35 596	37 407	1 811	5,1	22,6	22,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**14 As despesas de capital no 1.º trimestre de 2018 evidenciaram um grau de execução abaixo do verificado no mesmo trimestre do ano anterior.**<sup>11</sup> O grau de execução das despesas de capital situou-se em 13,8%, ficando 5,3 p.p. aquém do observado no período homólogo (Tabela 3 e Tabela 17). Relativamente à empresa Infraestruturas de Portugal, a despesa orçamentada no OE/2018 com investimento, excluindo concessões, foi de 290,8 M€ (Tabela 11), sendo que o grau de execução do 1.º trimestre de 2018 situou-se em 4,2%.<sup>12</sup> Quanto às transferências de capital

<sup>11</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados dos pagamentos das despesas com concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal (Caixa 1 em anexo).

<sup>12</sup> O orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal para 2018 inclui dotação orçamentária inicial em despesas com investimento no valor de 1759,9 M€, destacando-se o montante da componente concessões e subconcessões a PPP (1469,2 M€). No 1.º trimestre de 2018, a execução

## Informação técnica da UTAO n.º 15/2018

Disponível em: <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIII/LEG/SCOFMA/Paginas/utao.aspx>

(Tabela 12), o grau de execução foi de 15,8%, refletindo o baixo grau de execução do montante orçamentado nas principais entidades: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), Fundação para a Ciência e Tecnologia, e Fundo de Resolução.

**Tabela 11 – Investimento das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017 OE/2018	
									2017	OE/2018
<b>Administração Central</b> , dos quais:	490	471	-19	-3,9	2 206	3 409	1 203	54,5	22,2	13,8
Infraestruturas de Portugal (IP)	375	380	5	1,4	1 522	1 760	238	15,6	24,6	21,6
Concessões	362	367	5	1,4	1 449	1 469	20	1,4	25,0	25,0
Outros investimentos da IP	12	12	0	0,4	73	291	218	-	16,8	4,2
Dotação centralizada: contrapartida pública nacional	-	0	-	-	100	-	-	-	-	0,0
Defesa Nacional	39	19	-20	-50,2	207	255	48	23,4	18,8	7,6
Saúde	18	25	8	42,7	106	301	195	-	16,9	8,5
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	9	10	0	3,5	97	127	30	31,3	9,5	7,5
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	4	1	-3	-67,6	56	80	25	44,2	7,7	1,7
EDIA	15	1	-14	-94,4	17	37	20	-	86,0	2,2
Programas Polis	3	5	2	76,8	15	59	45	-	20,8	9,1
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	8	7	-1	-11,9	37	63	26	70,1	22,4	11,6
Metro do Porto	3	3	-1	-20,5	12	29	17	-	26,7	9,0
Metropolitano de Lisboa	0	1	1	-	13	45	32	-	3,0	2,7
Segurança Social	0	1	1	-	23	51	28	-	0,6	1,6
<b>Administração Regional e Local</b>	273	259	-14	-5,2	1 908	2 026	117	6,2	14,3	12,8
<b>Total</b>	764	731	-33	-4,3	4 137	5 485	1 348	32,6	18,5	13,3
<i>Sub total, sem concessões da IP</i>	401	364	-38	-9,4	2 688	4 016	1 328	49,4	14,9	9,1
<i>Por memória (antes de ajustamentos):</i>										
Infraestruturas de Portugal (IP)	479	465	-14	-3,0	1 522	1 760	238	15,6	31,5	26,4
Concessões	467	453	-14	-3,1	1 449	1 469	20	1,4	32,2	30,8
Outros investimentos da IP	12	12	0	0,4	73	291	218	-	16,8	4,2
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	869	817	-52	-6,0	4 137	5 485	1 348	32,6	21,0	14,9

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamentária da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (100 M€) que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**Tabela 12 – Transferências de capital para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-março		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017 OE/2018	
									2017	OE/2018
<b>Administração Central</b> , dos quais:	135	128	-6	-4,8	673	939	265	39,4	20,0	13,7
Fundo de Resolução	0	0	0	-	130	135	5	4,0	0,0	0,0
Comissões e outros encargos: Min. Finanças	34	35	0	1,1	96	85	-11	-11,2	35,5	40,5
IAPMEI	3	4	0	7,8	21	41	20	93,4	15,3	8,5
Fundação para a Ciência e Tecnologia	26	35	9	36,5	119	267	148	124,1	21,6	16,1
IFAP	64	56	-8	-12,5	253	383	130	51,6	25,5	14,7
Fundo para a Sustentabilidade Sistemática do Setor Energético	0	0	0	-	24	-	-	-	0,0	-
Segurança Social	0	0	0	-69,4	6	8	2	31,0	8,1	1,9
<b>Administração Regional e Local</b>	66	79	14	20,6	307	367	60	19,4	21,3	21,6
<b>Total</b>	201	207	7	3,3	987	1 313	327	33,1	20,4	15,8

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

## Tópicos sobre a execução orçamental

### Execução Orçamental da Segurança Social

**15 A segurança social apresentou, no 1.º trimestre de 2018, um excedente superior ao registado no mesmo período do ano anterior.** A segurança social apresentou no final de março um excedente de 979 M€, o que representa uma melhoria de aproximadamente 100 M€ face ao mesmo período do ano anterior (Tabela 13). Com efeito, o acréscimo da receita (3,0%) mais do que superou o aumento da despesa efetiva (1,7%) como resultado, sobretudo, da evolução positiva das contribuições e quotas e da redução das prestações de desemprego. Relativamente ao mês de fevereiro, registou-se um saldo positivo de 200 M€ (Tabela 14).

desta componente principal das despesas de investimento situou-se em 452,9 M€, sendo que a execução no trimestre homólogo foi de 467,2 M€.

**Tabela 13 - Execução orçamental acumulada da segurança social de março**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan - Mar		Variação		execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de execução (%)
	2017	2018	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)				
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>6 470</b>	<b>6 667</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>26 673</b>	<b>28 083</b>	<b>5,3</b>	<b>23,7</b>
Contribuições e quotizações	3 758	4 005	6,6	3,8	15 713	16 510	5,1	24,3
Transf. correntes da Ad. Central	2 217	2 079	-6,2	-2,1	8 951	8 529	-4,7	24,4
— Financ. da LBSS	1 684	1 664	-1,2	-0,3	6 737	6 654	-1,2	25,0
— IVA Social	195	206	3,8	0,1	797	824	3,4	25,0
Transferência do FSE	213	287	34,6	1,1	1 006	1 955	94,3	14,7
Transferência do FEAC	1	1	100,0	0,0	2	39	-	2,6
Outras receitas correntes	222	229	3,2	0,1	759	826	8,8	27,8
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>19,8</b>	<b>0,0</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>9,7</b>	<b>9,4</b>
<b>3. Receita Efetiva (1+2)</b>	<b>6 471</b>	<b>6 668</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>26 685</b>	<b>28 096</b>	<b>5,3</b>	<b>23,7</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>5 592</b>	<b>5 688</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>21,0</b>
Prestações Sociais - das quais:	4 901	4 951	1,0	0,9	21 596	22 974	6,4	21,6
Pensões, das quais:	3 536	3 495	-1,2	-0,7	16 011	16 700	4,3	20,9
— Sobrevivência	505	503	-0,3	0,0	2 268	2 341	3,2	21,5
— Invalidez	285	235	-17,6	-0,9	1 257	1 087	-13,5	21,7
— Velhice	2 746	2 757	0,4	0,2	12 487	13 273	6,3	20,8
Sub. familiar a crianças e jovens	155	171	10,1	0,3	675	732	8,4	23,3
Subsídio por doença	117	142	20,7	0,4	511	565	10,6	25,0
Sub. desemprego e apoio ao emp.	361	339	-6,3	-0,4	1 312	1 352	3,0	25,0
Complemento Solidário p/ Idosos	52	52	0,8	0,0	208	226	8,5	23,1
Prestação Social de Inclusão	0	54	:	:	12	326	-	16,5
Prestações de parentalidade	112	135	20,8	0,4	498	536	7,6	25,2
Outras prestações	76	78	2,0	0,0	323	316	-2,1	24,6
Ação social	405	395	-2,5	-0,2	1 700	1 863	9,6	21,2
Rendimento Social de Inserção	87	91	5,3	0,1	344	357	3,8	25,6
Pensões do Regime Sub. Bancário	118	117	-0,8	0,0	474	471	-0,7	25,0
Transferências correntes	321	338	5,3	0,3	1 171	1 255	7,2	26,9
Ações de Formação Profissional	184	203	10,7	0,4	1 013	1 868	84,5	10,9
— c/ suporte no FSE	172	184	7,0	0,2	970	1 765	82,0	10,4
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>140,5</b>	<b>0,0</b>	<b>27</b>	<b>54</b>	<b>101,7</b>	<b>1,6</b>
<b>6. Despesa Efetiva (4+5)</b>	<b>5 593</b>	<b>5 689</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>20,9</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>878</b>	<b>979</b>	<b>:</b>	<b>:</b>	<b>2 078</b>	<b>929</b>	<b>:</b>	<b>:</b>
<b>Por memória: após ajustamentos</b>								
<b>1.A Receita Corrente - da qual:</b>	<b>6 329</b>	<b>6 581</b>	<b>4,0</b>	<b>3,9</b>	<b>26 247</b>	<b>28 058</b>	<b>6,9</b>	<b>23,5</b>
Contribuições e quotizações	3 758	4 005	6,6	3,8	15 713	16 510	5,1	24,3
Transf. correntes da Ad. Central	2 110	2 079	-1,5	-0,5	8 521	8 529	0,1	24,4
Outras receitas capital	1	1	:	:	10	11	6,1	11,0
<b>4.A Despesa corrente</b>	<b>5 447</b>	<b>5 688</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>21,0</b>
Pensões	3 393	3 495	3,0	1,9	16 011	16 700	4,3	20,9
— Sobrevivência	484	503	3,8	0,3	2 268	2 341	3,2	21,5
— Invalidez	274	235	-14,2	-0,7	1 257	1 087	-13,5	21,7
— Velhice	2 635	2 757	4,7	2,2	12 487	13 273	6,3	20,8
<b>6.A Despesa efetiva</b>	<b>5 447</b>	<b>5 689</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>20,9</b>
<b>7.A Saldo Global (3A - 6A)</b>	<b>882</b>	<b>894</b>	<b>:</b>	<b>:</b>	<b>1 652</b>	<b>903</b>	<b>:</b>	<b>:</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO. | Nota: os fatores de ajustamento encontram-se descritos na Caixa 1. O referencial anual para 2017 é o referente à execução provisória. Os referenciais anuais apresentados para 2018 são os referentes ao OE/2018.

**Tabela 14 - Execução mensal da segurança social**  
(em milhões de euros)

	jan/17	fev/17	mar/17	Total
<b>Receita Efetiva</b>	<b>2447</b>	<b>2161</b>	<b>2060</b>	<b>6668</b>
Contribuições e quotizações	1491	1260	1253	4005
Transferências do OE	683	666	666	2014
Transferências do Fundo Social Europeu	201	9	67	287
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>1944</b>	<b>1885</b>	<b>1860</b>	<b>5689</b>
Pensões	1179	1168	1161	3509
Prestações de desemprego	111	116	111	339
Ação Social	133	131	131	395
Ações de Formação Profissional	82	66	55	203
<b>Saldo</b>	<b>503</b>	<b>276</b>	<b>200</b>	<b>979</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

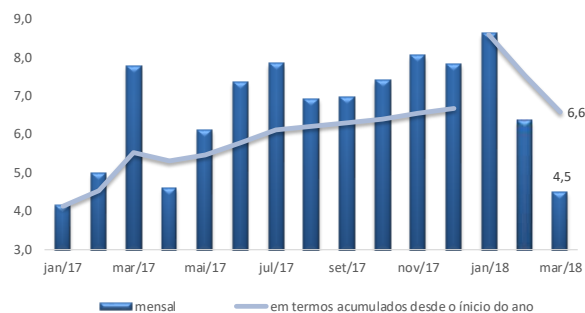
**16 Ajustado dos fatores que comprometem a comparabilidade homóloga, a segurança social apresentou um saldo positivo.** O saldo da segurança social, quando ajustado: (i) da transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social efetuada em 2017; (ii) das transferências do Fundo Social Europeu para formação profissional e para o programa operacional PT2020, e, do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), de forma a garantir o princípio da neutralidade dos fundos comunitários, e (iii) do diferente perfil de pagamentos dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para os pensionistas e para os trabalhadores do setor público, atingiu o valor de 894 M€ no 1.º trimestre, o que representa um valor similar ao registado no 1.º trimestre do ano anterior (882 M€).

**17 Registou-se em março uma desaceleração do crescimento da receita com contribuições e quotizações.** A receita com contribuições e quotizações situou-se, em termos acumulados, em 4005 M€ no final do 1.º trimestre, o que representa um acréscimo de 6,6%, em termos homólogos. No entanto, observou-se em março uma desaceleração face ao mês

anterior no qual o aumento foi de 7,6%. Com efeito, apesar do aumento em março ter sido superior à variação implícita no OE/2018 para o ano como um todo (5,1%), o mesmo não se verifica quanto à taxa de aumento da execução mensal no mês março (4,5%) – (Gráfico 5), sendo que a receita obtida durante esse mês foi de 1253 M€.

**18 Registou-se um acréscimo das transferências correntes provenientes da União Europeia.** As transferências providas do Fundo Social Europeu e FEAC atingiram um total de 288 M€ no final de março, o que representa um acréscimo de 34,6% em termos homólogos. Para tal terá contribuído a normalização do funcionamento do PT 2020. Por outro lado, as transferências correntes da administração central, em termos ajustados, i.e., excluindo a transferência extraordinária para compensação do défice do sistema previdencial da segurança social que se verificou em 2017 (107 M€ até março de 2017) diminuiram 1,5%, tendo atingido 2079 M€. Por componentes, de salientar a transferência do OE para cumprimento da LBSS no valor de 1664 M€, registando-se uma redução de 1,2%, a transferência do OE relativa ao IVA social de 206 M€ (aumento de 3,4%), a transferência do OE no âmbito da contrapartida pública nacional (sistema previdencial, PO APMC e PT 2020) que se situou em 29 M€ (diminuição de 14,8%) e a transferência no âmbito do regime substitutivo bancário de 116 M€.<sup>13</sup>

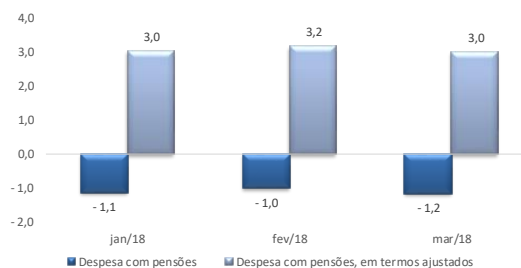
**Gráfico 5 – Contribuições e quotizações em termos mensais e em termos acumulados**  
(variação homóloga, em percentagem)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

**19 Em março, a despesa com pensões apresentou um acréscimo inferior ao implícito no OE/2018.** Quando ajustada do diferente perfil de pagamento dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para pensionistas, a despesa com pensões registou um acréscimo de 3,0%, em termos homólogos, o que representa um aumento inferior à variação implícita no OE/2018 (4,3%), situando-se em 3495 M€ (Gráfico 6). Por categorias, a despesa com pensões de velhice ascendeu a 2757 M€, a despesa com pensões de invalidez atingiu 235 M€ e a despesa com pensões de sobrevivência fixou-se em 503 M€.

**Gráfico 6 – Despesa com pensões em termos acumulados**  
(variação homóloga, tvh%)



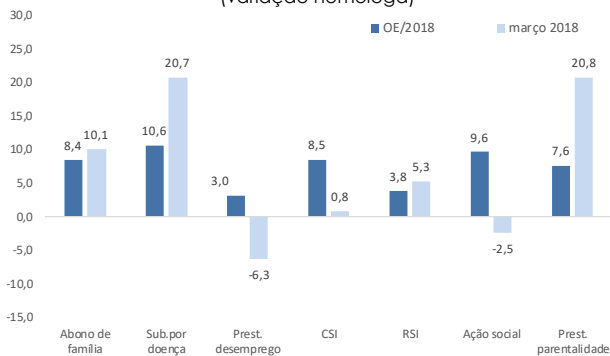
Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

<sup>13</sup> A receita proveniente dos jogos sociais ascendeu a 65 M€.

## 20 A despesa com prestações sociais, não considerando a despesa com pensões, apresentou um aumento significativo.

A despesa com prestações sociais, excluindo pensões, fixou-se em 1456 M€ no final de março, o que representa um aumento de 6,6% face ao mesmo período do ano anterior. Apesar do aumento significativo, de referir que a previsão para o ano como um todo é a de um crescimento de 12,3%. O acréscimo acima do previsto para o total do ano fica a dever-se, em parte, à despesa com abono de família (171 M€) com um aumento de 10,1%, às prestações de parentalidade (135 M€) com um acréscimo de 20,8%, ao subsídio de doença (142 M€) com um aumento de 20,7% e ao rendimento social de inserção (91 M€) com um aumento de 5,3%. A contrapartida, a despesa com prestações de desemprego (339 M€) diminuiu 6,3%, quando se prevê para o total do ano uma subida de 3,0%. Adicionalmente, a despesa com complemento solidário de idosos (52 M€) permaneceu praticamente constante face ao mesmo período de 2017, sendo esperado um aumento de 8,5% para o total de 2018 (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Despesa com Prestações sociais em termos acumulados (variação homóloga)**



Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

**Tabela 15 - Execução orçamental de maio da CGA (em milhões de euros e em percentagem)**

	Janeiro - Março		Variação		execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de Execução (%)
	2017	2018	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)				
<b>1. Receita corrente</b>	<b>2 173</b>	<b>2 222</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>9 794</b>	<b>9 915</b>	<b>1,2</b>	<b>22,4</b>
Contribuições para a CGA	900	866	-3,8	-1,6	3 970	3 882	-2,2	22,3
Transferências correntes, das quais:	1 234	1 306	5,8	3,3	5 537	5 760	4,0	22,7
Orçamento do Estado	1 111	1 189	7,0	3,6	4 993	5 225	4,6	22,8
Outras receitas correntes	39	50	27,5	0,5	287	273	-4,7	18,4
<b>2. Receita de capital</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3. Receita Efetiva</b>	<b>2 173</b>	<b>2 222</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>9 794</b>	<b>9 915</b>	<b>1,2</b>	<b>22,4</b>
<b>4. Despesa corrente, da qual:</b>	<b>2 190</b>	<b>2 148</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,9</b>	<b>9 722</b>	<b>9 957</b>	<b>2,4</b>	<b>21,6</b>
Transferências correntes, das quais:	2 177	2 135	-2,0	-1,9	9 690	9 916	2,3	21,5
Pensões e abonos responsab. de:	-	-	-	-	-	-	-	-
CGA	1 947	1 905	-2,1	-1,9	8 657	8 820	1,9	21,6
Orçamento do Estado	56	54	-3,2	-0,1	252	286	13,4	18,9
Outras entidades	141	139	-1,8	-0,1	620	632	2,0	21,9
Outras transferências correntes	33	37	10,6	0,2	161	179	11,3	20,6
<b>5. Despesa de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Despesa Efetiva</b>	<b>2 190</b>	<b>2 148</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,9</b>	<b>9 722</b>	<b>9 957</b>	<b>2,4</b>	<b>21,6</b>
<b>7. Saldo global (3-6)</b>	<b>- 16</b>	<b>74</b>			<b>73</b>	<b>-42</b>		
<i>Por memória: após ajustamentos</i>								
<b>1A. Receita corrente</b>	<b>2 132</b>	<b>2 222</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>9 794</b>	<b>9 915</b>	<b>1,2</b>	<b>22,4</b>
Contribuições para a CGA	859	866	0,9	0,3	3 970	3 882	-2,2	22,3
<b>3A. Receita efetiva (1A+2)</b>	<b>2 132</b>	<b>2 223</b>	<b>4,3</b>	<b>4,3</b>	<b>9 794</b>	<b>9 915</b>	<b>1,2</b>	<b>22,4</b>
<b>4A. Despesa corrente</b>	<b>2 104</b>	<b>2 148</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>9 722</b>	<b>9 957</b>	<b>2,4</b>	<b>21,6</b>
Pensões e abonos	2 059	2 098	1,9	1,9	9 529	9 738	2,2	21,5
<b>6A. Despesa efetiva</b>	<b>2 104</b>	<b>2 148</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>9 722</b>	<b>9 957</b>	<b>2,4</b>	<b>21,6</b>
<b>7A. Saldo global (3A-6A)</b>	<b>27</b>	<b>74</b>			<b>73</b>	<b>-42</b>		

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | O referencial anual para 2017 é o referente à execução provisória da CGA.

**23 Em termos ajustados, a despesa com pensões e abonos no 1.º trimestre apresentou um acréscimo em linha com o previsto para o ano como um todo.** A despesa com pensões e abonos no 1.º trimestre atingiu 2098 M€, da qual 1905 M€ da responsabilidade da CGA, o que representa um aumento de aproximadamente 1,9% face ao ano anterior, encontrando-se em linha com o acréscimo previsto no OE/2018 para o ano como um todo (2,2%). Para este acréscimo contribui o aumento do número total de pensionistas de 0,5% no 1.º trimestre em termos homólogos. Por outro lado, as transferências provenientes de outras entidades, incluindo as da segurança social no âmbito da pensão unificada, fixaram-se em 138 M€.

## Grau de execução da despesa efetiva por programa orçamental

Neste capítulo apresenta-se a execução da despesa efetiva da administração central, consolidada de transferências, por programa orçamental. Na Tabela 16 apresenta-se a execução e os limites para a despesa financiada por receitas gerais para o ano de 2018, primeiramente aprovadas pela Lei A n.º 7-C/2016, de 31 de março e posteriormente revistos pela Lei do OE/2017, pela Lei do OE/2018 e pelo Programa de Estabilidade 2018-2022, de abril de 2018, no âmbito da qual se realizou a última atualização ao Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) para a legislatura 2016-2019. Esta atualização anual dos limites de despesa no âmbito do QPPO é determinada pelo art.º 12.º-D da Lei de Enquadramento Orçamental. O Programa de Estabilidade 2018-2022 apresenta um limite para a despesa de 49 819 M€, mantendo o definido no âmbito da Lei do OE/2018, tanto no nível como na composição da despesa, o que representa uma revisão em alta de 296 M€ face às previsões subjacentes à Lei do OE/2017, mas uma poupança de 539 M€ face à despesa projetada no início da legislatura. Adicionalmente, identifica-se o grau de execução da despesa efetiva consolidada da administração central para a execução de 2018 de cada programa orçamental e os aspetos mais relevantes.

i) O programa orçamental P001-Órgãos de Soberania regista os montantes das transferências do Orçamento do Estado para a administração regional e local de 126,9 M€

e 664,9 M€, respetivamente, para o período janeiro-março de 2018. Os graus de execução foram de 25% e 25,2%, respetivamente;

ii) O programa orçamental P004-Finanças executou a transferências no âmbito da contribuição financeira para a União Europeia no valor de 526,9 M€, o que corresponde a um grau de execução de 30,8%. Quanto aos subsídios e indemnizações compensatórias (inclui classificação económica transferências correntes e subsídios), a execução situou-se em 15,2 M€, o que reflete um grau de execução de 12,5% do valor orçamentado no OE/2018. Encontram-se orçamentadas as dotações centralizadas no P004-Finanças, que se destinam a ser executadas noutros programas orçamentais para objetivos específicos: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (125 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (300 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).<sup>14</sup> No final do primeiro trimestre foram reafetados 103,2 M€ da dotação para incêndios florestais, a que corresponde um grau de execução de 82,6%. Foram ainda utilizados 11,1 M€ da dotação provisional (grau de execução de 2,2% do OE/2018).

iii) O programa orçamental P006-Defesa regista a despesa no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM). A execução da LPM foi de 37,9 M€, o que corresponde a um grau de execução de 13,6%. Quanto à LPIM, não registou execução até ao final de março;

iv) O programa orçamental P009-Cultura apresentou uma despesa de 99,5 M€, a que corresponde um grau de execução de 21,2% do OE/2018;

v) O programa orçamental P011 inclui como principal componente os estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário, a qual apresentou uma execução de 1140,3 M€ (grau de execução de 23,7% do OE/2018). Relativamente à empresa Parque Escolar, a execução foi de 9,2 M€, o que corresponde a um grau de execução de 7,1%;

vi) O programa orçamental P012-Trabalho, Solidariedade e Segurança Social inclui a transferência do OE para o subsector da segurança social no âmbito da Lei de Bases, no montante de 1898,7 M€, correspondendo a um grau de execução de 25,0%. Relativamente à Caixa Geral de Aposentações e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a execução situou-se em 2148,2 M€ e 116,9 M€, respetivamente, sendo que os graus de execução foram de 21,6% e 15,7%. De salientar que o OE/2018 consignou como receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o montante das receitas líquidas do adicional do imposto municipal sobre imóveis e 2 p.p. das taxas do IRC, no montante de 50 M€ e 70 M€, respetivamente, não tendo

sido registada execução em nenhuma das rubricas no primeiro trimestre do ano;<sup>15</sup>

vii) O programa orçamental P013-Saúde inclui como principais componentes de despesa a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal. A execução até ao final de março de 2018 foi de 2722,8 M€ e de 852,2 M€, respetivamente, sendo os graus de execução de 26,3% e 21,6%. O aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços deve-se ao pagamento de dívida não financeira vencida no SNS;<sup>16</sup>

viii) A execução orçamental do P014-Planeamento e Infraestruturas atingiu 686,0 M€ (grau de execução de 21,3%), sendo as principais entidades a empresa Infraestruturas de Portugal no montante de 565,6 M€ (grau de execução de 23,0% do OE/2018) e a CP-Comboios de Portugal no montante de 70,9 M€ (grau de execução de 16,1%);

**Tabela 16 - Despesa efetiva consolidada da administração central: grau de execução dos programas orçamentais**  
(em milhões de euros e em percentagem)

Programas	Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências			Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências, financiada por receitas gerais			Despesa efetiva do subsector Estado, financiada por receitas gerais		
	OE/2018	Execução jan-mar	Grau de execução OE/2018 %	QPPO OE/2018 Lei do OE/2018	Execução jan-mar	Grau de execução OE/2018 %	Execução jan-mar	Grau de execução OE/2018 %	
<b>Programas</b>									
P001 - Órgãos de Soberania	3 477	870	25,0	3 448	853	24,7	861	25,0	
P002 - Governação	162	27	16,6	120	18	15,4	22	18,7	
P003 - Representação	396	59	15,0	290	48	16,7	49	17,0	
P004 - Finanças	4 788	835	17,4	3 719	710	19,1	717	19,3	
P005 - Encargos da Dívida (Juros)	7 270	1 651	22,7	7 268	1 650	22,7	1 650	22,7	
P006 - Defesa	2 137	334	15,6	1 743	304	17,4	304	17,5	
P007 - Segurança Interna	2 102	402	19,1	1 631	341	20,9	343	21,0	
P008 - Justiça	1 359	245	18,0	619	136	22,1	137	22,1	
P009 - Cultura	471	100	21,2	308	56	18,1	63	20,3	
P010 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 537	466	18,4	1 492	315	21,1	361	24,2	
P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6 118	1 342	21,9	5 314	1 222	23,0	1 253	23,6	
P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 420	4 374	22,5	13 429	3 208	23,9	3 208	23,9	
P013 - Saúde	14 863	3 625	24,4	8 470	1 333	15,7	2 098	24,8	
P014 - Planeamento e Infraestruturas	3 220	686	21,3	813	26	3,2	71	8,7	
P015 - Economia	501	66	13,1	213	10	4,7	15	7,1	
P016 - Ambiente	1 194	468	39,2	87	0	0,0	5	5,7	
P017 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	1 167	198	16,9	313	73	23,2	73	23,4	
P018 - Mar	87	8	8,7	48	5	10,5	5	10,6	
<b>Despesa efetiva, excluindo dotação provisional</b>	<b>71 268</b>	<b>15 754</b>	<b>22,1</b>	<b>49 325</b>	<b>10 308</b>	<b>20,9</b>	<b>11 236</b>	<b>22,8</b>	
Dotação provisional: outras despesas correntes	495	11	2,2	495	11	2,2	11	2,2	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>71 763</b>	<b>15 765</b>	<b>22,0</b>	<b>49 819</b>	<b>10 319</b>	<b>20,7</b>	<b>11 247</b>	<b>22,6</b>	
<i>Por memória: Despesa primária</i>	<i>64 493</i>	<i>14 114</i>	<i>21,9</i>	<i>42 551</i>	<i>8 669</i>	<i>20,4</i>	<i>9 586</i>	<i>22,5</i>	

Fonte: DGO (SIGO) e cálculos da UTAO. | Nota: O montante de dotação provisional encontra-se evidenciado fora do P004-Finanças no sentido de permitir uma melhor avaliação da execução de cada programa. Os valores de execução da base de dados não incluem alguns organismos que não reportaram informação. Os valores orçamentados para cada programa orçamental referem-se aos montantes implícitos à Lei do OE/2018. A despesa financiada por receitas gerais tem como fonte de financiamento fundos do Orçamento do Estado, tais como receita proveniente de impostos e dívida direta do Estado. Por outro lado, a despesa financiada por receita própria tem como fonte de financiamento fundos arrecadados pelo organismo durante a atividade, tais como multas, rendimentos de propriedade, taxas, vendas, impostos consignados e fundos comunitários. Os valores da aquisição de bens e serviços do P013-Saúde não se encontram consolidados, bem como os juros no âmbito da administração central.

<sup>14</sup> A dotação centralizada para os incêndios florestais prevê uma parte adicional de despesa de 62 M€ com ativos financeiros, que se encontra excluída desta análise.

<sup>15</sup> A consignação de 2 p.p. das taxas de IRC é faseada entre 2018-2021. Em 2018 a consignação é de 0,5 p.p. das taxas de IRC, sendo que o valor previsto transferir para a segurança social (70 M€) corresponde a 50% desta consignação.

<sup>16</sup> De referir que os montantes apresentados não se encontram consolidados entre a aquisição de bens e serviços e as respetivas vendas de bens e serviços.



- ix) O P015-Economia registou até março uma despesa de 65,8 M€, o que corresponde a um baixo grau de execução de 13,1% do OE/2018, essencialmente devido aos contributos do Turismo de Portugal e do IAPMEI;
- x) O programa orçamental P016-Ambiente registou uma despesa total de 473,1 M€, a que corresponde um grau de execução elevado de 39,6% do OE/2018, devido essencialmente ao pagamento de juros, relativos a contratos de swap no Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto. No Metropolitano de Lisboa regista-se um grau de execução orçamental de 68,8% do total anual. De referir que a quase totalidade da despesa com juros foi financiada com recurso à contração de empréstimos junto da administração central.

### Caixa 1 - Ajustamentos efetuados à execução orçamental das administrações públicas

Na Tabela 1 seguinte apresenta-se a variação ajustada do saldo global das administrações públicas, identificando-se cada um dos fatores que, por assumirem um carácter específico e influenciarem a comparabilidade para o biénio 2017-2018, foram ajustados na execução orçamental, bem como nos referenciais anuais. A identificação é efetuada com especificação do subsetor e do âmbito do respetivo impacto (receita, despesa ou saldo). Os valores negativos indicam que se trata de um ajustamento com impacto negativo no saldo do subsetor, enquanto valores positivos correspondem a impacto positivo.

- (1) Exclusão das transferências extraordinárias do OE para a segurança social** em 2017, sendo que se efetuaram transferências mensais do subsetor Estado para a segurança social.
- (2) Eliminação da receita proveniente de restituições do orçamento da União Europeia a Portugal** em 2017 e 2018.
- (3) As transferências do Fundo Social Europeu (FSE) para a segurança social e a respetiva aplicação em despesa com ações de formação profissional e outros subsídios correntes** são ajustadas no sentido de assegurar o cumprimento do **princípio da neutralidade dos fundos comunitários**.
- (4) Exclusão da receita fiscal no âmbito do Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)** no subsetor Estado.
- (5) Eliminação do montante de receita de IRC no âmbito do regime de reavaliação de ativos.**
- (6) Correção do efeito decorrente do diferente perfil de pagamentos das despesas com pessoal e das pensões devido à eliminação dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal** para trabalhadores do setor público, pensionistas da CGA e da segurança social, bem como o efeito de segunda ordem refletido em contribuições sociais.

**Tabela 1. Ajustamentos à conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros)

	Subsetor	Âmbito	Janeiro-março		Referenciais anuais		
			2017	2018	2017	OE/2018	
<b>Saldo global não ajustado</b>			<b>-391</b>	<b>-377</b>	<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>	
Ajustamentos (efeito negativo no saldo):							
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Seg. Social	Receita	-107	0	-430	0
Restituições relativas à contribuição para a União Europeia	(2)	Estado	Receita	-85	-103	-85	0
Transferências FSE	(3)	Seg. Social	Receita/Despesa	-34	-85	4	-25
Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)	(4)	Estado	Receita	0	0	n.d.	-100
Reavaliação de ativos	(5)	Estado	Receita	0	0	-107	-107
Contribuições sociais sobre o subsídio de Natal pago em novembro de 2017	(6)	AP	Receita	-35	0	0	0
Receita de IRC decorrente de transações financeiras de uma empresa privada	(7)	Estado	Receita	0	0	-235	n.d.
Alteração da classificação contabilística no INEM: receita fiscal	(8)	SFA	Receita	-27	0	-107	-111
Linearização dos juros da dívida pública	(9)	Estado	Despesa	-72	-166	0	0
Ajustamentos (efeito positivo no saldo):							
Linearização das despesas com concessões da empresa Infraestruturas de Portugal	(10)	SFA	Despesa	105	86	0	0
Linearização da contribuição financeira para a União Europeia	(11)	Estado	Despesa	44	99	0	0
Despesas com pessoal: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	AP	Despesa	180	0	0	0
Pensões e abonos da CGA: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	SFA	Despesa	85	0	0	0
Pensões da segurança social: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6)	Seg. Social	Despesa	143	0	0	0
Despesa centralizada no âmbito de incêndios florestais	(12)	Estado	Despesa	0	103	0	125
Alteração da classificação contabilística no INEM: taxas	(8)	SFA	Receita	27	0	107	111
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1)	Estado	Despesa	107	0	430	0
<b>Efeito líquido dos ajustamentos</b>				<b>331</b>	<b>-66</b>	<b>-423</b>	<b>-108</b>
<b>Saldo global ajustado</b>				<b>-60</b>	<b>-443</b>	<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (\*) operações sem impacto no saldo global das administrações públicas, pois consolidam no perímetro das administrações públicas.

**(7) Exclusão de uma receita de IRC** no montante de 235 M€ decorrente de operações financeiras de uma única empresa.

**(8) Uniformização contabilística da receita do INEM** - Instituto Nacional de Emergência Médica relativa à taxa de incidência sobre os seguros. Durante a execução do ano 2018 a receita encontra-se em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 a receita foi registada em impostos indiretos.

**(9) Linearização mensal do referencial anual para a despesa com juros do subsetor Estado** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

**(10) Linearização mensal do referencial anual da despesa em concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal** no biénio 2017-2018. As despesas para o ano corrente encontram-se contratualizadas e referem-se aos pagamentos às concessionárias e subconcessionárias de PPP rodoviárias.

**(11) Linearização da despesa relativa à contribuição financeira para a União Europeia** decorrente do diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

**(12) Exclusão da dotação centralizada para despesas no âmbito dos incêndios florestais** ocorridos em 2017. No OE/2018 encontra-se orçamentado o montante de despesa efetiva de 125 M€ em outras despesas correntes na dotação centralizada no Ministério das Finanças, bem como o montante de 62 M€ em despesa de ativos financeiros. A execução orçamental desta despesa pode ser realizada em diferente classificação económica e em diferente programa orçamental.

**Tabela 17 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-março					Ref. Anual				Grau execução		Falta executar		
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018	
	2017	2018	ME	%				ME	%					
RECEITA CORRENTE	17 345	18 047	702	4,0	3,9	78 577	82 642	4 065	5,2	5,0	22,1	21,8	61 232	64 595
Impostos diretos	3 874	3 945	71	1,8	0,4	21 410	21 745	334	1,6	0,4	18,1	18,1	17 536	17 800
Impostos indiretos	6 067	6 563	497	8,2	2,8	25 821	26 772	950	3,7	1,2	23,5	24,5	19 755	20 208
Contrib. de segurança social	4 642	4 890	248	5,3	1,4	19 760	20 469	709	3,6	0,9	23,5	23,9	15 118	15 579
Outras receitas correntes	2 688	2 608	-80	-3,0	-0,4	11 580	13 648	2 068	17,9	2,6	23,2	19,1	8 892	11 040
Diferenças de consolidação	74	40				4	9							
DESPEZA CORRENTE	16 858	17 899	1 041	6,2	5,8	78 323	82 927	4 604	5,9	5,5	21,5	21,6	61 465	65 028
Consumo público	6 926	7 280	354	5,1	2,0	32 887	34 944	2 057	6,3	2,5	21,1	20,8	25 961	27 664
Despesas com pessoal	4 309	4 363	54	1,3	0,3	20 144	20 176	32	0,2	0,0	21,4	21,6	15 835	15 813
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	2 617	2 917	300	11,5	1,7	12 744	14 768	2 024	15,9	2,4	20,5	19,7	10 127	11 852
Aquisição de bens e serviços	2 395	2 682	287	12,0	1,6	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	20,3	20,7	9 384	10 294
Outras despesas correntes	222	234	13	5,7	0,1	965	1 792	827	85,8	1,0	23,0	13,1	743	1 557
Subsídios	173	235	62	35,7	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	18,3	17,4	774	1 112
Juros e outros encargos	1 933	2 285	352	18,2	2,0	8 299	8 426	127	1,5	0,2	23,3	27,1	6 366	6 141
Transferências correntes	7 783	8 082	299	3,8	1,7	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	21,9	21,6	27 813	29 325
Dotação provisória	0	11				535	495							
Diferenças de consolidação	43	18				58	307							
SALDO CORRENTE	487	147	-339			254	-285	-539					-233	-432
RECEITAS DE CAPITAL	454	353	-101	-22,3	-0,6	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	22,7	10,1	1 549	3 127
Diferenças de consolidação	50	13				30	26							
DESPEAS DE CAPITAL	1 001	944	-57	-5,7	-0,3	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	19,1	13,8	4 253	5 896
Investimento	764	731	-33	-4,3	-0,2	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	18,5	13,3	3 373	4 754
Transferências de capital	201	207	7	3,3	0,0	987	1 313	327	33,1	0,4	20,4	15,8	786	1 106
Outras despesas de capital	30	5	-25	-84,8	-0,1	62	41	-20	-32,9	0,0	48,6	11,0	32	37
Diferenças de consolidação	6	1				68	0							
RECEITA EFETIVA	17 799	18 400	601	3,4	3,4	80 580	86 122	5 542	6,9	6,9	22,1	21,4	62 781	67 722
DESPEZA EFETIVA	17 859	18 843	984	5,5	5,5	83 577	89 767	6 190	7,4	7,4	21,4	21,0	65 718	70 924
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-60</b>	<b>-443</b>	<b>-383</b>			<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>	<b>-647</b>					<b>-2 937</b>	<b>-3 201</b>
Por memória:														
Receita fiscal	9 941	10 508	567	5,7	3,2	47 232	48 516	1 284	2,7	1,6	21,0	21,7	37 291	38 008
Despesa corrente primária	14 925	15 614	689	4,6	3,9	70 024	74 501	4 477	6,4	5,4	21,3	21,0	55 099	58 886

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisória (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

**Tabela 18 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-março					Ref. Anual				Grau execução		Falta executar		
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018	
	2017	2018	ME	%				ME	%					
RECEITA CORRENTE	17 499	18 235	736	4,2	4,1	79 000	82 875	3 875	4,9	4,8	22,2	22,0	61 501	64 640
Impostos diretos	3 874	3 945	71	1,8	0,4	21 753	21 905	153	0,7	0,2	17,8	18,0	17 879	17 960
Impostos indiretos	6 094	6 563	470	7,7	2,6	25 928	26 929	1 001	3,9	1,2	23,5	24,4	19 835	20 366
Contrib. de segurança social	4 677	4 890	213	4,5	1,2	19 760	20 469	709	3,6	0,9	23,7	23,9	15 083	15 579
Outras receitas correntes	2 779	2 796	17	0,6	0,1	11 555	13 562	2 008	17,4	2,5	24,1	20,6	8 775	10 766
Diferenças de consolidação	74	40				4	9							
DESPEZA CORRENTE	17 238	17 931	693	4,0	3,8	78 323	83 052	4 729	6,0	5,7	22,0	21,6	61 085	65 121
Consumo público	7 106	7 280	174	2,5	1,0	32 887	35 069	2 182	6,6	2,6	21,6	20,8	25 782	27 789
Despesas com pessoal	4 489	4 363	-125	-2,8	-0,7	20 144	20 176	32	0,2	0,0	22,3	21,6	15 655	15 813
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	2 617	2 917	300	11,5	1,6	12 744	14 893	2 149	16,9	2,6	20,5	19,6	10 127	11 977
Aquisição de bens e serviços	2 395	2 682	287	12,0	1,6	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	20,3	20,7	9 384	10 294
Outras despesas correntes	222	234	13	5,7	0,1	965	1 917	952	98,7	1,1	23,0	12,2	743	1 682
Subsídios	173	235	62	35,7	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	18,3	17,4	774	1 112
Juros e outros encargos	1 861	2 119	259	13,9	1,4	8 299	8 426	127	1,5	0,2	22,4	25,2	6 438	6 307
Transferências correntes	8 055	8 279	224	2,8	1,2	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	22,6	22,1	27 541	29 128
Diferenças de consolidação	43	18				58	307							
SALDO CORRENTE	261	304	43			677	-177	-854					417	-481
RECEITAS DE CAPITAL	454	353	-101	-22,3	-0,6	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	22,7	10,1	1 549	3 127
Diferenças de consolidação	50	13				30	26							
DESPEAS DE CAPITAL	1 106	1 034	-72	-6,5	-0,4	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	21,1	15,1	4 148	5 805
Investimento	869	817	-52	-6,0	-0,3	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	21,0	14,9	3 268	4 668
Transferências de capital	201	212	12	5,8	0,1	987	1 313	327	33,1	0,4	20,4	16,2	786	1 101
Outras despesas de capital	30	5	-25	-84,8	-0,1	62	41	-20	-32,9	0,0	48,6	11,0	32	37
Diferenças de consolidação	6	1				68	0							
RECEITA EFETIVA	17 953	18 588	635	3,5	3,5	81 003	86 355	5 352	6,6	6,6	22,2	21,5	63 050	67 767
DESPEZA EFETIVA	18 344	18 965	621	3,4	3,4	83 577	89 892	6 315	7,6	7,6	21,9	21,1	65 233	70 926
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-391</b>	<b>-377</b>	<b>14</b>			<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>	<b>-963</b>					<b>-2 182</b>	<b>-3 159</b>
Por memória:														
Receita fiscal	9 968	10 508	541	5,4	3,0	47 681	48 834	1 154	2,4	1,4	20,9	21,5	37 713	38 326
Despesa corrente primária	15 377	15 812	434	2,8	2,4	70 024	74 626	4 602	6,6	5,5	22,0	21,2	54 647	58 814

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisória (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).